



Plenário votou 54 propostas no esforço concentrado

Períodos de votações, estabelecidos pelas lideranças partidárias, asseguram manutenção das atividades legislativas durante os meses de campanha eleitoral

Os senadores votaram 54 proposições nas sessões de terça e quarta-feira em Plenário, esgotando a pauta de matérias consideradas prioritárias. Os parlamentares voltam a realizar esforços concentrados nos dias 31 de agosto, 1º e 2 de setembro. Entre as matérias aprovadas

pelo Plenário, destaca-se o projeto segundo o qual o homem que se recusar a realizar o teste de DNA para investigação de paternidade será, de forma tácita, considerado o pai. Também foram aprovadas a ampliação da licença-maternidade para 180 dias e a criação do Fundo de Catástrofe. 2

A aprovação do projeto que fixa em 30 horas semanais a jornada de trabalho dos assistentes sociais foi comemorada em Plenário por representantes da categoria

Empresa que contratar ex-presidiário poderá reduzir encargos sociais 3

Nova forma de agravo deve acelerar atuação do Judiciário 4

José Sarney oferece ajuda para encerrar paralisação

Ao receber líderes da greve que ocorre há quatro meses no Ministério do Trabalho e Emprego, presidente do Senado se comprometeu a conversar com presidente Lula. 2

Sarney recebe integrantes do comando de greve nacional do Ministério do Trabalho



Entre as 54 matérias votadas pelo Plenário, destacam-se a aprovação da admissão de paternidade em caso de recusa do teste de DNA e a ampliação da licença-maternidade

Senadores votaram toda a pauta definida pelos líderes

OS SENADORES VOTARAM 54 proposições nas sessões realizadas terça e quarta-feira em Plenário, esgotando a pauta de matérias listadas como prioritárias para deliberação. Encerradas essas votações, os parlamentares voltam a realizar esforços concentrados nos dias 31 de agosto, 1º e 2 de setembro.

Esses períodos de votações, estabelecidos por acordo entre as lideranças partidárias, asseguram a manutenção das atividades legislativas durante os meses de campanha que antecedem as eleições de 3 de outubro. Até o fim de agosto, o Plenário se reunirá apenas em sessões não deliberativas, destinadas a comunicados da Presidência e a debates de assuntos de interesse do país.

De acordo com a secretária-geral da Mesa, Claudia Lyra, foram votadas todas as matérias sobre as quais havia acordo. Quanto às medidas provisórias, só restaram na agenda aquelas cujo prazo para decisão se encerra a partir de 5

de setembro e que podem ser votadas no próximo esforço concentrado.

Entre as matérias aprovadas pelo Plenário, destaca-se projeto que modifica a norma para processo de investigação de paternidade. O homem que se recusar a realizar teste de DNA para investigação de paternidade será, de forma tácita, considerado o pai, desde que

o reconhecimento seja requerido por quem tenha legítimo interesse na investigação ou pelo Ministério Público. Também foi aprovada proposta de emenda à Constituição que amplia a licença-maternidade de 120 para 180 dias, texto que vai ao exame da Câmara dos Deputados. Foi aprovado ainda projeto que autoriza a União a participar como cotista de fundo para a cobertura suplementar de riscos do seguro rural nas modalidades agrícola, pecuária, pesqueira e florestal. Conhecido como Fundo de Catástrofe, o novo mecanismo vai substituir o Fundo de Estabilidade do Seguro Rural.

Os senadores votaram ainda projeto que estabelece uma política nacional de controle de natalidade de cães e gatos de rua, permitindo que sejam quimicamente castrados. O projeto voltou à Câmara e, quando for sancionado, permitirá que os municípios tomem providências para controlar a natalidade dos animais de rua sem a necessidade de sacrificá-los.



Romero Jucá (ao microfone) orienta senadores da base do governo

Propostas são de interesse da população, afirma Sarney

Os 54 projetos votados terça e quarta-feira pelo Senado atendem a interesses da população brasileira e a deliberação resultou de consenso entre as lideranças partidárias, declarou ontem o presidente do Senado, José Sarney, ao chegar à Casa. Ele destacou que, sendo as diferenças entre maioria e minoria bastante estreitas no Senado, todas as matérias devem ser votadas por consenso.

– Esses projetos que votamos são de grande interesse da população brasileira e foi neles que se estabeleceu um ponto de consenso entre todas as corren-

tes políticas, o que é difícil num ano de eleição no qual as paixões estão sempre à flor da pele.

Na entrevista, Sarney disse que está mantida a previsão de um novo esforço nos dias 31 de agosto e 1º e 2 de setembro. Conforme explicou, isso será mudado apenas na ocorrência de um fato novo que obrigue a Casa a alterar esse calendário de votações.

– Em princípio, nosso calendário está mantido e as lideranças estão de acordo – assinalou, acrescentando que a pauta será organizada com as matérias que já estão preparadas para votação.

Voto de pesar pela morte de Norton Macedo Correia

Atendendo a pedido do senador Alvaro Dias (PSDB-PR), o Senado encaminhará voto de pesar aos familiares do ex-deputado federal Norton Macedo Correia, que morreu ontem aos 74 anos, em Curitiba, sua cidade natal. Além de parlamentar, ele também foi assessor de Ney Braga em seu primeiro mandato como governador do Paraná.

O presidente do Senado, José Sarney, associou-se ao sentimento de pesar manifestado por Alvaro Dias e ofereceu seu testemunho sobre a vida pública de Norton Macedo Correia.

Greve no Ministério do Trabalho pode chegar ao fim

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu, ontem, líderes do movimento grevista que ocorre, há quatro meses, no Ministério do Trabalho e Emprego. Ao ouvir dos servidores um apelo para que interceda junto ao governo na abertura de um canal de comunicação capaz de pôr fim à greve, Sarney prometeu conversar com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

João Armindo, Mário Ângelo Vitório e outros representantes do comando de greve disseram ao presidente do Senado que a reivindicação da categoria é, basicamente, um plano de carreira específico, que impeça o sucateamento daquele ministério. Os servidores alegam que já realizaram mais de dez reuniões no Ministério do Planejamento e, até hoje, o governo não apresentou

uma alternativa para o fim da greve.

– O que queremos é um plano de carreira específico porque nós temos hoje um problema de alta rotatividade no Ministério do Trabalho. Cerca de 50% dos novos concursados estão indo embora. O ministério está sendo sucateado e a sociedade tem sofrido um dano muito grande. Temos 20 estados paralisados nos serviços de seguro-desemprego, carteira de trabalho e PIS/Pasep. Se o presidente Sarney não mediar essa negociação, pedindo o apoio de Lula, essa greve vai perdurar – disse Mário Vitório.

Além de conversar com o presidente Lula, Sarney prometeu aos grevistas enviar um ofício ao ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, para que esse canal de entendimento seja aberto.



Sarney com líderes grevistas: categoria quer plano de carreira específico

agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Sessão destinada a discursos

9h Não haverá votação de matérias na sessão de hoje, que será destinada a pronunciamentos. Entre os inscritos, está o senador Gim Argello (PTB-DF).

SESSÃO ONLINE: a íntegra dos pronunciamentos publicados no **Jornal do Senado** pode ser lida no endereço www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Serys Slhessarenko • José Nery • Niura Demarchi • José Bezerra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Silvia Gomide
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Editores: Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva, Ronaldo Alves e Osmar de Jesus Miranda
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle
Reportagem: Cíntia Sasse e Rafael Faria
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Compromisso de luta contra o trabalho escravo



José Nery

O senador José Nery (PSOL-PA) comunicou ontem ao Plenário que está sendo entregue aos candidatos à Presidência da República, a deputado estadual e federal, a senador e a governador, em todos os estados, a Carta-Compromisso contra o Trabalho Escravo.

Ao assinarem a carta, explicou o senador, os candidatos assumem o compromisso público de empenhar-se pela erradicação do trabalho escravo. O texto lembra as aviltantes condições a que estão sujeitos milhares de brasileiros, "tratados como animais".

José Nery também anunciou a apresentação de um projeto de resolução que institui no Senado a Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Camara.

Jayme Campos quer criar cadastro de agressores



Jayme Campos

Jayme Campos (DEM-MT) anunciou que deve apresentar projeto de lei criando o Cadastro Nacional dos Agressores das Mulheres e das Crianças.

O cadastro trará condições para que o nome do cadastrado seja retirado. O senador trouxe dados mostrando que o índice de violência doméstica cresceu 112% nos primeiros seis meses de 2010. Ele informou que, no período, o Ligue 180, telefone destinado às denúncias de agressões às mulheres, recebeu 343 mil ligações.

Malta faz balanço do seu mandato como senador



Magno Malta

O senador lembrou que uma de suas primeiras missões foi relatar o projeto (PLC 88/03) que permitiu liberar as instituições religiosas do cumprimento de exigências impostas pela legislação. "Se meu mandato se resumisse a essa ação eu já teria ficado satisfeito", comentou. Magno Malta destacou também várias liberações de recursos que conseguiu para obras no Espírito Santo.

Projeto que prevê redução dos encargos sociais por dois anos nas contratações dos trabalhadores que saírem do sistema penitenciário foi aprovado na CAS

Isenção fiscal para empresa que contratar ex-presidiários

AS EMPRESAS QUE contratarem ex-presidiários poderão reduzir os encargos sociais, conforme projeto de lei aprovado na quarta-feira pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). A proposta é da senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) e, agora, será examinada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Conforme o projeto (PLS 70/10), as empresas tributadas com base no lucro real poderão deduzir do imposto devido o equivalente ao valor pago pelos encargos sociais incidentes sobre a remuneração desses trabalhadores nos dois primeiros anos da contratação.

A proposta estabelece abatimento dos valores correspondentes às contribuições pagas à Previdência Social, ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), ao salário-educação, às entidades privadas de serviço social e de formação profissional vinculadas ao sistema sindical, ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e ao seguro contra os ris-



Marisa Serrano (ao lado de Mesquita Júnior): dificuldade de reinserção social

cos de acidentes de trabalho.

O relator da matéria na CAS, Roberto Cavalcanti (PRB-PB), observou que a proposta contribui para a redução da carga tributária das organizações, bem como para a reinserção de ex-presidiários na sociedade.

Condenação

Marisa Serrano observou que a Constituição brasileira não prevê pena perpétua. Porém, ao saírem da cadeia, esses brasileiros enfrentam dificuldade de reinserção social, o que, em sua avaliação, equivale a outra

condenação. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) avaliou que a condenação dessas pessoas é para toda a vida. Ele disse que a proposta acaba com a prisão perpétua de fato, pois oferece outro mecanismo que ajuda a descomprimir o sistema prisional, bem como contribui para evitar a reincidência no crime.

Regis Fichtner (PMDB-RJ) contou que a Companhia Estadual de Água e Esgotos (Cedae) do Rio de Janeiro já realizou experiência de sucesso ao contratar egressos do sistema penitenciário.

Belini Meurer anuncia debate sobre universidades comunitárias

Belini Meurer (PT-SC) agradeceu a aprovação, pela Comissão de Educação (CE), de requerimento de sua autoria solicitando debate sobre a situação das universidades comunitárias no Brasil.

O senador lembrou que as universidades comunitárias são instituições de ensino superior

privadas e sem fins lucrativos. Estão presentes na maioria dos estados brasileiros, oferecendo cursos de graduação e pós-graduação, além de implementarem programas de alto nível de pesquisa e extensão. Ele disse que sua intenção, ao propor o debate, é esclarecer como o poder público poderá se utilizar



Poder público poderá se utilizar dessa rede de universidades, afirma senador

dessa rede de universidades já constituídas para estender ainda mais o ensino superior.

Gurgacz aposta na educação contra criminalidade

Ao se dizer alarmado com o aumento da violência no país, o senador Acir Gurgacz (PDT-RO) sugeriu, em discurso, aos governos federal e dos estados que ampliem os investimentos na educação, a seu ver o melhor caminho para diminuir a criminalidade, especialmente entre os jovens. Ele sugeriu ainda que as polícias dos estados sejam mais bem aparelhadas para o combate ao crime.

Gurgacz conclamou os candidatos às eleições de outubro a



Gurgacz diz que polícias dos estados precisam ser mais bem aparelhadas

assumirem compromissos com a segurança pública. Ele reconheceu

a importância da execução de obras para geração de emprego e desenvolvimento. Mas ressaltou que a população "está amedrontada", e considera a segurança fundamental para suas famílias.

Gurgacz citou matéria da Folha de S. Paulo segundo a qual, neste ano, o número de assassinatos aumentou em 15 estados. De acordo com o senador, a previsão do governo era de 12 assassinatos para cada 100 mil habitantes, mas em 2010 o número deverá chegar a 25.

Yanai lembra bomba de Hiroshima e homenageia imigração japonesa

Jorge Yanai (DEM-MT) assinalou os 65 anos do lançamento da bomba atômica sobre Hiroshima, completados hoje, e sobre Nagasaki, no dia 9. O senador lembrou que as duas hecatombes nucleares puseram fim à maior guerra que o mundo já testemunhou. Ele homenageou os imigrantes

japoneses que vieram para o Brasil buscar melhores condições de sobrevivência, muitos deles originários das duas cidades, como sua mãe, que é de Hiroshima.

Yanai também alertou para a falta de professores de ciências exatas e biológicas no Brasil, no primeiro e no segundo graus.



Jorge Yanai: bomba atômica foi lançada sobre Hiroshima há 65 anos

Virgílio destaca resultados do manejo sustentável

Arthur Virgílio (PSDB-AM) elogiou ontem estudo elaborado pela pesquisadora Elisa Wandelli, da Empresa



Arthur Virgílio

Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) Amazônia Ocidental, sobre o desenvolvimento de técnicas de manejo sustentável dos recursos naturais da região. Com base nessas técnicas, foram realizadas experiências na agricultura regional, como a adubação com matéria orgânica, informou o senador, citando reportagem do jornal Estado do Amazonas. A adubação orgânica, de acordo com Virgílio, aumenta a produtividade dos frutos nativos, como a castanha-do-pará.

Virgílio mencionou ainda experimentos realizados na região do Médio Juruá, visando ao aproveitamento de óleo vegetal na produção de energia elétrica e à produção de óleo de andiroba na fabricação de cosméticos.

O senador manifestou também seu apoio a pleito de representantes do Sindicato Nacional dos Fiscais Federais Agropecuários. Eles solicitam a transformação de sua remuneração em subsídio, o que pode contribuir para melhorar o desempenho desses servidores, disse.

Cuiabá terá novo terminal aéreo neste ano, diz Serys

O módulo operacional de desembarque de passageiros do aeroporto Marechal Rondon, em Cuiabá, deverá ser entregue em dezembro, anunciou a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT).

A notícia, disse ela, foi dada pelo diretor de Engenharia e Meio Ambiente da Infraero, Jaime Parreira.

Como a capital Cuiabá será uma das sedes da Copa de 2014, as obras de expansão do terminal de passageiros terão início em agosto de 2011. Orçado em R\$ 8,7 milhões, o terminal terá capacidade para 2,8 milhões de passageiros em 2014. Em 2009, informou a senadora, foram atendidos 1,6 milhão de usuários, e em 2010 o número chegará a 1,9 milhão.

– Fiquei muito animada porque o movimento do aeroporto está insustentável – declarou.

Serys também assinalou que a Lei Maria da Penha, de combate à violência doméstica contra a mulher, completa seis anos no sábado. Ela apresentou ao Plenário dados fornecidos pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.

Proposta aprovada na CCJ que transforma o agravo de instrumento em agravo nos próprios autos também deverá reduzir custos e proporcionar economia de espaço

Nova forma de agravo pode acelerar julgamento de ação

PROPOSTA QUE VISA dar rapidez à atuação do Poder Judiciário, diminuir os custos processuais e proporcionar economia de espaço nos tribunais foi aprovada na quarta-feira pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em decisão terminativa.

O projeto (PLC 192/09) transforma o agravo de instrumento – interposto contra decisão que não admite o recurso extraordinário ou o recurso especial – em agravo nos próprios autos. Atualmente, esse agravo tramita de maneira separada da ação principal.

Pela proposta, o agravo nos próprios autos poderá ser interposto no prazo de dez dias. A outra parte no processo será intimada, de imediato, para responder também no prazo de dez dias. Em seguida, os autos serão remetidos ao Supremo Tribunal Federal (STF) ou ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), dependendo do caso.

No parecer favorável ao projeto, o relator na CCJ, senador Pedro Simon (PMDB-RS), reconheceu que a proposta “caminha em direção da celeridade que se espera do Poder Judiciário”. Ele considerou que



Simon (E): “Projeto caminha em direção da celeridade que se espera da Justiça”

a iniciativa possibilita a redução de custos e a “efetiva economia de espaço físico”.

Anomalia jurídica

Na prática, segundo o autor do projeto, deputado Paes Landim (PTB-PI), o agravo de instrumento tornou-se uma “anomalia jurídica”, pois, concebido como exceção para recursos negados no tribunal de origem, “transformou-se em recurso usual para provocar a subida [a instância superior] dos referidos recursos”. Landim afirma que o uso excessivo do instrumento ampliou consideravelmente a demora na

decisão judicial.

Só neste ano, o Supremo Tribunal Federal já recebeu 26.809 agravos de instrumento e julgou 34.361. Atualmente, eles representam aproximadamente 60% do total de processos distribuídos aos gabinetes daquela corte.

A proposição altera artigos do Código de Processo Civil, substituindo o termo “agravo de instrumento” por apenas “agravo”. Além disso, dá ao advogado a prerrogativa de declarar autênticas as cópias que forem juntadas ao processo na petição de execução provisória.

Alvaro: “marginais da política” promovem quebra de sigilos

Alvaro Dias (PSDB-PR) afirmou que a quebra do sigilo fiscal do vice-presidente executivo de seu partido, Eduardo Jorge Caldas Pereira, teve o objetivo de abastecer uma central de dossiês, operada por “marginais da política”.



Alvaro Dias

O senador informou que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou nesta quarta-feira um requerimento seu convocando a servidora da Receita Federal Antonia Aparecida Rodrigues dos Santos Neves Silva – que responde a processo administrativo disciplinar – para que explique aos senadores a quebra do sigilo fiscal de Eduardo Jorge.

O senador avaliou, porém,

que a funcionária da Receita, lotada em Santo André (SP), está sendo utilizada como “despiste” para acobertar o responsável maior por esse crime.

Alvaro lembrou ainda que o candidato a vice-presidente na chapa de Marina Silva (PV), Guilherme Leal, dono da Natura, também foi vítima de vazamento de informações de processos que a Receita move contra sua empresa. Citou ainda o dossiê “fogo amigo”, montado contra o ministro da Fazenda, Guido Mantega, na disputa pelo comando do fundo de pensão Previ, com dados sobre suposto tráfico de influência de Marina Mantega, filha do ministro.

José Nery: decisão do TRE do DF sobre o caso Roriz foi corajosa

O senador José Nery (PSOL-PA) considerou corajosa, correta e justa a decisão tomada na quarta-feira pelo Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal, ao negar a candidatura do ex-governador Joaquim Roriz (PSC) ao governo do DF, aplicando a Lei da Ficha Limpa. Lembrou que foi o seu partido, o PSOL, que apresentou uma das ações contra o ex-governador.

– Esse é um caso típico de

enquadramento na Lei da Ficha Limpa. Roriz renunciou ao mandato de senador, evitando que houvesse pedido de cassação do mandato, por quebra de decoro parlamentar, em 2007.

José Nery observou que, no geral, a Justiça Eleitoral dos estados vem aplicando corretamente a nova legislação, impedindo candidaturas de pessoas já condenadas por um órgão colegiado da Justiça.

Demissões na TV Cultura são boato, diz Suplicy

O presidente da TV Cultura, João Sayad, atribui a um boato a informação de que haveria demissões em massa na emissora, salientou ontem Eduardo Suplicy (PT-SP). Ele informou que a emissora é mantida pela Fundação Padre Anchieta, criada pelo governo paulista em 1967. “Um patrimônio do estado de São Paulo”, a TV passará por reformulações em sua grade de programação e em alguns programas, para racionalizar gastos e melhorar a qualidade, acrescentou.

Suplicy registrou ainda sua confiança em Guido Mantega, objeto de denúncia apócrifa que acusa a filha do ministro da Fazenda de tráfico de influência. Torcedor do Santos, comemorou também a conquista da Copa do Brasil de 2010 pelo time.



TV Cultura vai diminuir gastos e melhorar qualidade, diz Suplicy

Mão Santa: governo do PT no Piauí foi pior que terremoto

Mão Santa (PSC-PI) comprou a gestão do PT no governo do seu estado a um terremoto. Para ele, os sete anos e meio de Wellington Dias causaram muitos estragos.

– O governo do PT passou no Piauí. Foi pior do



Mão Santa

que um terremoto – afirmou.

Mão Santa lembrou que o estado ficou entre os piores, de acordo com o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

(Ideb) de 2009.

Ele disse que o governo petista deixou diversas obras inacabadas (ou sequer iniciadas), como estradas de ferro, o aeroporto de São Raimundo Nonato, portos e hidrelétricas.

Mão Santa também pediu ao presidente Lula que transforme o campus avançado da Universidade Federal do Piauí, em Parnaíba, em mais uma universidade federal.

Para José Bezerra, governo Lula discrimina Rio Grande do Norte

Em seu primeiro pronunciamento em Plenário, o senador José Bezerra (DEM-RN) se queixou ontem da difícil relação entre o governo do presidente Lula e o estado do Rio Grande do Norte. Ele disse que nos oito anos do governo houve falta de vontade política para incrementar os verdadeiros projetos de desenvolvimento.

– Estamos numa fila de espera que nunca anda, apenas



José Bezerra

cria a ilusão de se mover nas esmoelas federais que ali chegam através de assistencialismos e pequenas ações.

José Bezerra disse que há anos os potiguares assistem ao desvio das grandes obras para outros estados.

Em apartes, Arthur Virgílio (PSDB-AM), Heráclito Fortes (DEM-PI), Niura Demarchi (PSDB-SC) e Jayme Campos (DEM-MT) apoiaram Bezerra.

Valadares defende Constituinte exclusiva para reforma política

Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) defendeu a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte exclusiva para aprovar uma profunda reforma política. Ele acredita não ser possível que o atual ou o próximo grupo de parlamentares tenham força ou vontade de mudar o que já está estabelecido, porque, afirmou, é “através dos métodos hoje utilizados que grande parte dos congressistas é eleita”.



Antônio Carlos Valadares

Nessa Constituinte, disse, poderiam ser aprovados também a reforma tributária e até um novo sistema de governo, como o parlamentarismo.

Valadares elogiou também a aprovação da Lei da Ficha Limpa, pois sua vigência vai contribuir para a pureza da vida democrática no Brasil, segundo ele, e para que a política tenha pessoas comprometidas com a decência e com a ética.

Selma Elias Westphal toma posse no Senado e defende educação

Tomou posse ontem a senadora Selma Elias Westphal (PMDB-SC). Ela é a segunda suplente eleita com o ex-senador Leonel Pavan, hoje governador de Santa Catarina. Assumiu no lugar do primeiro suplente, senador Neuto De Conto (PMDB-SC), que se licenciou.

No discurso, feito em seguida à sua posse, a senadora, professora por formação, enfatizou sua origem simples, lembrando que seu pai era motorista de táxi e foi o primeiro prefeito



Selma Elias Westphal

do PMDB de sua cidade, Imbituba (SC). A senadora afirmou ser a primeira cidadã de Imbituba a assumir uma cadeira no Senado.

Selma Elias disse que irá lutar para “oportunizar o acesso e a permanência a este direito básico que é o de aprender e o de crescer em conhecimento e cidadania”. Também defendeu o amparo governamental a alunos de universidades privadas em situação de desemprego, que assim teriam condição de permanecer na escola.